

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

77 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 12 a 16/04/2021):

1. CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE COVID-19: IMPACTO NA SAÚDE E EFEITOS SOCIAIS	1
2 RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UE	3
3. CERTIFICADO VERDE DIGITAL - NEGOCIAÇÕES	5
4. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	5
AFET e INTA	5
ENVI	5
ITRE e TRAN	6
IMCO	6
AGRI e PETI	6
JURI	6
LIBE	6
AIDA e INGE	6
AFCO	7
5. COMISSÃO EUROPEIA - LUTA CONTRA A CRIMINALIDADE ORGANIZADA	7
6. COMISSÃO EUROPEIA - LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Videoconferência do Eurogrupo	7
Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças (ECOFIN)	8
8. AFGANISTÃO NATO	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8
Conferência sobre o Futuro da Europa	8

1. CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE COVID-19: IMPACTO NA SAÚDE E EFEITOS SOCIAIS

No âmbito da [dimensão parlamentar da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia \(UE\)](#), teve lugar, no dia 13 de abril, a [Conferência interparlamentar sobre Covid-19: impacto na saúde e efeitos sociais](#), promovida pelas Comissões de Saúde (CS) e de Trabalho e Segurança Social (CTSS) da Assembleia da República (AR).



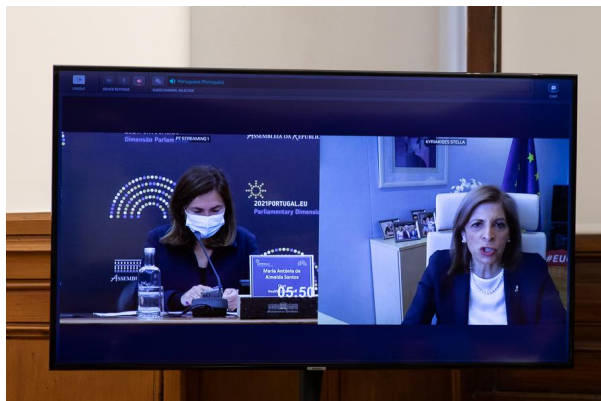
A abertura dos trabalhos foi feita pelo Senhor Presidente da AR, [Eduardo Ferro Rodrigues](#), que, na sua [intervenção inicial](#), questionou “O que pode a União Europeia fazer mais na área da saúde, quando, como resulta do artigo 168.º do Tratado de Lisboa, as suas competências são complementares das nacionais?”, enfatizando que a Comissão Europeia “**tem sido (...) incansável no apoio aos Estados (...)**”, ainda que exista “a *perceção de morosidade*”. No final, foi exibido um [vídeo](#) que constitui um tributo simbólico

da Assembleia da República às vítimas do novo coronavírus.

Esta [Conferência](#) tinha como tema principal os **contributos que o combate à pandemia de Covid-19 pode trazer para a [definição de uma política de saúde europeia mais resiliente](#)**, e também os **[impactos socio-laborais da pandemia no emprego](#)**.



As sessões foram moderadas pela Presidente da CS, Maria Antónia de Almeida Santos, e pelo Presidente da CTSS, Pedro Roque, contando com a presença da Ministras do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Sales, e dos Comissários Europeus para a saúde e a segurança alimentar, Stella Kyriakides, e para o emprego e os direitos sociais, Nicolas Schmit.

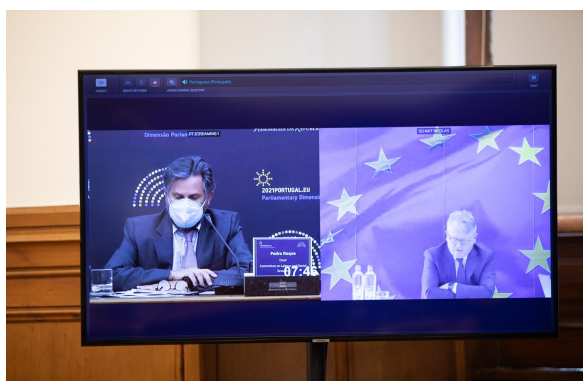


Na Sessão I¹, cujo tema era [«O combate à pandemia de Covid-19 – Quais os contributos para a definição de uma política de saúde europeia mais forte?»](#), as intervenções dos oradores e dos Deputados que participaram no debate centraram-se, designadamente, na identificação dos impactos que a pandemia está a ter na saúde física e mental de todos os cidadãos, no aumento das desigualdades sociais, tendo os mais vulneráveis sido os mais afetados, bem como na importância da

¹ Síntese elaborada pelas equipas de apoio à CS e à CTSS.

vacinação contra a Covid-19, assumindo a **UE um papel central** no que concerne ao processo de negociação das vacinas. Referiu-se que os profissionais de saúde têm feito um esforço sem precedentes no combate à pandemia e que os sistemas de saúde europeus foram postos à prova. Finalmente, reforçou-se a ideia de que a aposta na **cooperação entre os Estados-Membros e a UE reforçou, a nível nacional, a capacidade de resposta** e, por outro lado, têm contribuído para um sistema de saúde europeu mais resiliente e capaz de enfrentar ameaças de saúde pública futuras.

A Sessão II foi dedicada ao tema do «*Impacto socio-laboral da pandemia no emprego*», tendo sido sublinhada de modo consensual a importância da **implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, como veículo de garantia da igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, a condições de trabalho justas, à proteção social e à inclusão. A discussão revelou que as questões em matéria de igualdade de género no emprego deverão continuar a ser acompanhadas pelos Estados-Membros, nomeadamente através da implementação de medidas que garantam melhores condições de trabalho e que combatam as desigualdades salariais entre homens e mulheres.



Registou-se uma convergência de opiniões sobre a necessidade de a Europa reforçar a resposta às pessoas mais carenciadas, que são particularmente vulneráveis no contexto da atual crise pandémica. A experiência do surto de SARS-CoV-2 mostrou que são enormes os desafios que se colocam no seio da União Europeia, e para esses a sociedade civil deverá encontrar respostas comuns e de convergência.

A Sessão III teve uma intervenção inicial de **Francisco Assis**, Presidente do Conselho Económico e Social, sobre «*O Pilar Europeu dos direitos sociais: implementação do Pilar e reforço dos sistemas de saúde*», tendo sido destacado que a crise provocada pela Covid-19 é de uma gravidade sem precedentes, não só ao nível da saúde pública, como também ao nível laboral e social.

Sendo a **Agenda Social** uma das grandes prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da UE e tendo sido sublinhada pela maioria dos intervenientes a importância da definição das medidas concretas com vista à redução da pobreza no trabalho, bem como à promoção da justiça e igualdade no trabalho, foi manifestada uma grande expectativa quanto à Cimeira Social que terá lugar na cidade do Porto, no próximo mês de maio.



2 RATIFICAÇÃO DA DECISÃO SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UE

Estado-Membro	Data prevista para a ratificação
Alemanha	Aprovação parlamentar concluída a 25/26 de março. A ratificação está temporariamente suspensa por procedimentos no Tribunal Constitucional.
Áustria	maio de 2021
Bélgica	Procedimento concluído a 23.03. Notificação ao Conselho no final de abril.
Bulgária	Finalizado a 18/02/2021
Croácia	Finalizado a 12/01/2021
Chipre	Finalizado a 14/01/2021
Chéquia	Finalizado a 22/03/2021
Dinamarca	Finalizado a 29/03/2021
Eslováquia	Finalizado a 08/04/2021
Eslovénia	Finalizado a 08/02/2021
Espanha	Finalizado a 15/03/2021
Estónia	maio de 2021
Finlândia	abril/maio 2021
França	Finalizado a 10/02/2021
Grécia	Finalizado a 26/03/2021
Hungria	Procedimento governamental finalizado e foi iniciada a tramitação parlamentar.
Irlanda	abril 2021
Itália	Finalizado a 05/03/2021
Letónia	fevereiro 2021
Lituânia	abril 2021
Luxemburgo	Finalizado a 06/04/2021
Malta	Finalizado a 17/02/2021
Países Baixos	Tramitação parlamentar em curso no Senado.
Polónia	Tramitação governamental em curso.
Portugal	Finalizado a 03/02/2021
Roménia	Aguarda aprovação parlamentar. Data previsível: 2.º trimestre de 2021
Suécia	Procedimento concluído. A notificação oficial terá lugar na próxima semana

Conforme consta do quadro da página anterior, e segundo informação coligida junto dos representantes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas e do cruzamento com outras fontes, o ponto de situação relativo à ratificação da [Decisão sobre os recursos próprios](#) é o seguinte: [dezassete Estados-Membros já ratificaram](#), faltando dez (Alemanha, Áustria, Estónia, Finlândia, Hungria, Irlanda, Lituânia, Países Baixos, Polónia e Roménia). Nos termos do [n.º 3 do artigo 311.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) (TFUE), a entrada em vigor da nova Decisão de Recursos Próprios 2020/2053, de 14 de Dezembro de 2020, exige a **ratificação por todos os Estados-Membros**, essencial para ativar o fundo de recuperação 750 mil milhões de euros "*Next Generation EU*".

Importa dar nota de que, a 26 de Março, o **Tribunal Constitucional alemão** divulgou uma nota à imprensa informando que a **Lei de Ratificação da Decisão dos Recursos Próprios não pode ser executada** pelo Presidente Federal alemão enquanto o Tribunal Constitucional Federal não se pronunciar sobre o pedido de **injunção temporária** (ordem de suspensão), não tendo fixado um prazo. Tal surge na sequência de um recurso desta lei apresentado por um grupo de professores liderado pelo fundador do partido '*Alternative für Deutschland*', com base em [dois fundamentos](#):

i) a **Decisão de Recursos Próprios é *ultra vires*** (excede as competências) por duas razões: (a) o capital emprestado não é capital próprio e a redação do artigo 311.º do TFUE apenas permite "*recursos próprios*" mas não recursos emprestados; e (b) os Tratados excluem que os Estados-Membros possam ser considerados mutuamente responsáveis pela sua dívida.

ii) a **nova Decisão sobre Recursos Próprios viola a "identidade constitucional" da Alemanha**, uma vez que priva o Parlamento alemão do controle efetivo das decisões orçamentais fundamentais no futuro. Este último argumento baseia-se no pressuposto de que a Alemanha poderia ser considerada responsável pela totalidade do montante de 750 mil milhões de euros que será angariado pela Comissão Europeia nos mercados financeiros.

Note-se que esta decisão **não se pronuncia sobre a substância dos argumentos**, antes representa uma medida provisória/cautelar - *possível no âmbito da ratificação de acordos internacionais* - para o que o Tribunal decida sobre a constitucionalidade desse acordo antes do ato final que lhe confere força vinculativa (a assinatura do Presidente). Não ficou, ainda, claro se a avaliação do Tribunal será processual (última etapa legal antes da ratificação) ou substantiva (méritos e conformidade da entrada em vigor vs. as consequências da não ratificação)

Porém, importa sublinhar que **esta suspensão da lei de ratificação pelo TC alemão pode atrasar a entrada em vigor de vários elementos do pacote orçamental** e do "*Next Generation EU*":

- Não se pode avançar nas propostas legislativas sobre a nova taxa de plástico, nem a simplificação do recurso próprio do IVA ainda em vigor;
- O roteiro para a introdução de novos recursos próprios seria adiado;
- Não há aumento do limite máximo dos recursos próprios de 1,20% para 1,40%, o que pode causar estrangulamentos orçamentais e impedir o orçamento da UE de cobrir os passivos contingentes.

A situação atual caracteriza-se assim por uma falta de "*margem de manobra*" (*headroom*), ou seja, não há praticamente espaço entre o nível das dotações de pagamento que devem ser cobertas pelas receitas anuais orçamentadas e o limite máximo dos recursos próprios que é fixado a um nível de 1,20% do RNB da UE27.

3. CERTIFICADO VERDE DIGITAL - NEGOCIAÇÕES

Demos nota, na [Síntese n.º 75](#), da proposta de **criação de um certificado verde digital**, que **facilitará a circulação livre e segura durante a pandemia de COVID-19**, servindo para comprovar que uma pessoa foi vacinada contra a COVID-19, ou recebeu um resultado negativo do teste, ou recuperou da doença.

Esta semana, o **Conselho da UE definiu a sua posição de negociação** relativamente às duas propostas legislativas em apreço (relativa aos cidadãos da UE e aos membros das suas famílias, e sobre os nacionais de países terceiros que se encontrem ou residam legalmente no território de um Estado-Membro).

As [principais alterações aos textos legislativos](#) foram:

- referência ao facto de um **Certificado Verde Digital não ser condição prévia para a livre circulação** e não ser um documento de viagem (princípio da não discriminação, em especial das pessoas não vacinadas);
- um **novo artigo sobre a dimensão internacional do Certificado Verde Digital**: clarifica o tratamento a dar aos certificados emitidos aos cidadãos da UE e suas famílias, bem como aos nacionais de países terceiros que se encontrem legalmente na UE, mas **vacinados em países terceiros**;
- as **disposições em matéria de proteção de dados foram reforçadas** em todo o texto do regulamento principal, nomeadamente com base no parecer conjunto da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e do Comité Europeu para a Proteção de Dados;
- inclusão de uma **disposição transitória** para assegurar que os Estados-Membros possam **continuar a utilizar os sistemas atuais** durante um breve período de seis semanas após a entrada em vigor do regulamento principal e até que o quadro do Certificado Verde Digital esteja plenamente operacional no respetivo território;
- o texto do projeto de regulamento contém uma disposição que permite à Irlanda e aos outros Estados-Membros aceitar mutuamente certificados emitidos a nacionais de países terceiros com base na reciprocidade.

Prevê-se que o **PE adote a sua posição na sessão plenária de 26-29 de abril**. As negociações interinstitucionais terão depois início o mais rapidamente possível. Os Estados-Membros sublinharam o seu compromisso de **finalizar o quadro até ao verão de 2021**.

4. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

AFET e INTA

As Comissões de Assuntos Externos e do Comércio Internacional [votaram](#) esta semana favoravelmente (108 a favor, 1 contra e 4 abstenções) o [acordo](#) que define as **regras da relação futura entre a UE e o Reino Unido**, recomendando que o plenário do PE o aprove, ainda que a Conferência de Presidentes tenha optado por não agendar essa votação por ora.

ENVI

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar [debateu](#) esta semana o **novo procedimento** para facilitar e acelerar a aprovação da UE de vacinas adaptadas às novas variantes da COVID-19.

ITRE e TRAN

As Comissões da Indústria, da Investigação e da Energia e dos Transportes e do Turismo [aprovaram](#) o acordo entre os negociadores do Parlamento e da Presidência Portuguesa sobre a próxima geração da **Connecting Europe Facility**, que financiará projetos de transportes, do digital e da energia entre 2021-2027. A Comissão ITRE realizou ainda uma [audição pública](#) sobre a **Descarbonização do Sistema de Energia**, na qual foram discutidos os desafios do setor da energia da UE para alcançar a neutralidade climática em 2050.

IMCO

A Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores [adotou um relatório relativo ao funcionamento do mercado único digital e à melhoria da utilização da inteligência artificial](#), tendo sido sublinhada pelos deputados a importância que estes têm para o desenvolvimento das PME e para a transição para uma economia circular e sustentável, satisfazendo as necessidades das regiões urbanas, rurais e isoladas da UE, sendo para tal necessário um quadro legal claro no âmbito da inteligência artificial, gerando maior confiança na tecnologia.

AGRI e PETI

As Comissões da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Petições realizaram uma [audição](#) de uma iniciativa de cidadãos que pretende banir o uso de gaiolas, zelando pelo bem estar animal. A iniciativa de cidadania europeia denominada [End the Cage Age](#) foi discutida juntamente com os organizadores da iniciativa, comissários e representantes de outros organismos da UE.

JURI

A Comissão de Assuntos Jurídicos [aprovou um projeto de relatório que prevê recomendações para abordar a transmissão ilegal de eventos desportivos](#) e a proteção dos direitos de propriedade intelectual dos seus organizadores, tendo os deputados apelado a uma maior harmonização das regras existentes sobre procedimentos de notificação e retirada no contexto do **Ato dos Serviços Digitais**, cabendo aos intermediários em linha remover ou desativar as transmissões ilegais.

LIBE

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos questionou o Comissário Reynders sobre a recente [proposta relativa ao Certificado Verde Digital](#), tendo os deputados destacado que, se o certificado se tornar uma **pré-condição para viajar**, dificultará a liberdade de circulação e não o contrário, bem como solicitado clarificações sobre a **relação entre o certificado europeu e outras iniciativas nacionais similares e a necessidade de garantir um nível elevado de proteção de dados**. O Comissário sublinhou que o objetivo da proposta é facilitar a livre circulação e não a discriminação dos cidadãos e que a Comissão pretende concluir a infra-estrutura técnica até ao final de junho, não resultando o certificado na criação de uma base de dados central criada a nível da UE.

AIDA e INGE

A Comissão Especial sobre Inteligência Artificial na Era Digital e a Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação realizaram uma [audição pública para discutir o futuro da democracia na era digital e como atingir os equilíbrios regulamentares](#) em sociedades cada vez mais movidas pela tecnologia. Dividida em dois painéis, a audição focou sobretudo os desafios que os discursos de ódio nas redes sociais representam para a democracia, a necessidade de um quadro regulamentar transnacional nesta matéria e o combate à desinformação.

AFCO

A Comissão de Assuntos Constitucionais realizou uma reunião de dois dias dedicada ao papel dos cidadãos na democracia europeia, das eleições europeias e da democracia participativa na UE. Foi debatido o [projeto de relatório sobre os diálogos dos cidadãos e a participação dos cidadãos na tomada de decisões da UE](#), seguido de uma troca de pontos de vista com a Vice-Presidente da Comissão Europeia Dubravka ŠUICA, sobre o papel do PE na Conferência sobre o Futuro da Europa. Realizou-se uma [audição sobre a reforma da lei eleitoral europeia](#), com alguns peritos europeus² e, finalmente, foi discutido o [projeto de relatório sobre a modificação da Lei relativa à eleição do PE](#).

Chama-se, ainda, a atenção para este [documento de trabalho](#) da AFCO, com propostas políticas para serem consideradas no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa.

5. COMISSÃO EUROPEIA - LUTA CONTRA A CRIMINALIDADE ORGANIZADA

A Comissão Europeia [apresentou](#) esta semana a nova [Estratégia da UE de Luta contra a Criminalidade Organizada](#). A estratégia quinquenal visa **reforçar a cooperação policial e judiciária** em toda a União e promover a **utilização de ferramentas digitais na investigação**, definindo os instrumentos e medidas a tomar para dismantlar os modelos de negócios e estruturas das organizações criminosas.

Além do reforço da cooperação, esta estratégia procura **apoiar investigações** mais eficazes para investigar as estruturas da criminalidade organizada, centrando-se em **crimes prioritários e específicos** como a criminalidade ambiental, contrafação (especialmente de produtos médicos) e comércio ilícito de bens culturais, bem como **combater o financiamento ao crime e adequar os serviços policiais e judiciários à era digital**.

6. COMISSÃO EUROPEIA - LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A Comissão [apresentou](#) igualmente uma nova [Estratégia de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos \(2021-2025\)](#), cujo principal objetivo é **prevenir o tráfico de seres humanos, dismantlar os modelos de negócios criminosos, reprimindo os traficantes, e proteger e empoderar as vítimas**.

Esta estratégia consolida o quadro jurídico previsto na [Diretiva relativa à luta contra o tráfico de seres humanos](#), destacando os seguintes aspetos: possível estabelecimento de normas mínimas a nível da UE que criminalizem a utilização de serviços decorrentes da exploração de vítimas de tráfico, dismantlamento deste tipo de negócios, melhorar a identificação das vítimas e assegurar-lhes maior assistência e proteção, a par da promoção da cooperação internacional para combate ao tráfico nos países de origem e de trânsito.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência do Eurogrupo

No seu [formato habitual](#), os ministros realizaram um **debate temático sobre os quadros de insolvência, o euro como moeda digital**, as reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário, assim como uma análise das práticas atuais do Eurogrupo em matéria de **transparência**. No [formato inclusivo](#), o presidente do Grupo de Alto Nível sobre o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (SESD) informou os ministros sobre os **progressos realizados na preparação consensual de um**

² Marina COSTA LOBO, Investigadora Principal, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa; Alberto ALEMANNO, Jean Monnet Professor de Política de Direito da União Europeia, École des hautes études commerciales de Paris (HEC Paris); e Sra. Frédérique BERRON, Professora de Direito Público, Ciências Universitárias-PO, Estrasburgo.

plano de trabalho faseado e calendarizado sobre todos os elementos pendentes necessários para concluir a [União Bancária](#).

Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças (ECOFIN)

Os ministros [discutiram](#), no dia 16 de abril, a [recuperação económica na Europa](#), perspetivas económicas, a aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e o financiamento do *Next Generation EU*, o ponto de situação sobre a criação da [União dos Mercados de Capitais](#), assim como a situação atual e próximos passos da arquitetura financeira europeia para o desenvolvimento, e receberam informações sobre o ponto de situação das propostas legislativas no domínio dos serviços financeiros.

8. AFGANISTÃO | NATO

A 14 de abril, teve lugar a [reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros de Defesa da NATO](#), com a presença dos Secretário de Estado e da Defesa dos Estados Unidos da América, Antony J. Blinken e Lloyd J. Austin III, tendo sido decidida a retirada das [forças da Aliança presentes no Afeganistão](#), que deverá ter início até 1 de maio. Os planos detalhados serão conhecidos nos próximos meses e seguem-se ao [anúncio feito pelo Presidente americano Joe Biden](#) no início da semana.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões do PE](#), disponível [aqui](#), além das reuniões dos Grupos Políticos. Destacamos o debate sobre os [serviços digitais com o Comissário Thierry Breton](#) ou sobre o acordo com a [Turquia em matéria de refugiados](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [14 de abril](#), destacando-se a comunicação sobre a Taxonomia da UE, sobre a revisão da Diretiva relativa ao reporte não financeiro e o seguimento do Livro Branco sobre a Inteligência Artificial.

Conselho da União Europeia

A [Presidência portuguesa](#) disponibiliza o [calendário de eventos](#), destacando-se:

- 19.04: [Videoconferência informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros](#)
- 20.04: [Videoconferência informal dos Ministros dos Assuntos Europeus](#)
- 22.04: [Videoconferência informal dos ministros da Energia](#)
- 23.04: [Videoconferência informal dos ministros do Ambiente](#)

Conferência sobre o Futuro da Europa

No dia 19, às 13:00 (CEST) [será lançada a Plataforma Digital Multilingue](#).

Bruxelas | 16 de abril de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).